



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL – 05/2015**

Cód. 10 – Contador

1. Preencha a lacuna abaixo sobre os Princípios de Contabilidade com base na Resolução CFC 750/93, assinalando a alternativa correta.

“Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de _____, cujo objeto é o patrimônio das entidades”.

- A) Ciência Pública
B) Ciência Social
C) Ciência Contábil
D) Ciência Humana
2. Analise os seguintes elementos patrimoniais na coluna A e faça a correlação com a coluna B e responda a alternativa correta:

COLUNA A
1- FORNECEDORES
2- IMOBILIZADO
3- INVESTIMENTOS
4- INTANGÍVEL
5- RESERVA DE LUCROS
6- FINANCIAMENTOS

COLUNA B
A- ORIGEM DE RECURSOS
B- APLICAÇÃO DE RECURSOS

- I- 1-A
II- 2-B
III- 3-A
IV- 4-A
V- 5-B
VI- 6-A

- A) Apenas três itens estão corretos.
B) Apenas dois itens estão incorretos.
C) Apenas um item está incorreto.
D) Todos os itens estão corretos.

3. É um conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados a uma pessoa física ou jurídica ou a uma entidade. Trata-se do conceito de:
- A) Passivo.
 - B) Ativo.
 - C) Patrimônio.
 - D) Direitos.

4. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Passivo é a parte negativa, composta das obrigações com terceiros.
- B) Patrimônio Líquido é a parte diferencial entre o Ativo e o Passivo e representa a riqueza líquida da entidade.
- C) Obrigações são dívidas ou compromissos de qualquer espécie ou natureza assumidos perante terceiros, ou bens de terceiros que se encontram em posse (uso) da entidade.
- D) Ativo é a parte positiva, composto de bens e direitos, também denominado de Patrimônio Real ou Sólido.

5. As Contas representam registros de débitos e créditos da mesma natureza ou espécie, identificados por nomes que qualificam elementos patrimoniais (Neves e Vicenconti – 2009). São elementos mínimos de uma conta completa:

- I- Nome da Conta.
- II- Data da operação.
- III- Histórico da operação.
- IV- Débito.
- V- Crédito.
- VI- Saldo.

Assinale a alternativa correta.

- A) Todos os elementos estão corretos.
- B) Apenas um elemento está incorreto.
- C) Apenas dois elementos estão incorretos.
- D) Todos os elementos estão incorretos.

6. Ao final do exercício as contas de resultado serão encerradas contra uma conta denominada Apuração do Resultado do Exercício. Com base neste conceito assinale a alternativa correta.

- A) As contas relativas às receitas serão encerradas debitando-se a respectiva conta pelo valor do saldo e creditando-se a conta ARE.
- B) As contas relativas às receitas serão encerradas creditando-se a respectiva conta pelo valor do saldo e debitando-se a conta ARE.
- C) As contas relativas às despesas serão encerradas debitando-se a respectiva conta pelo valor do saldo e creditando-se a conta ARE.
- D) As contas relativas às despesas serão encerradas debitando-se a respectiva conta pelo valor do saldo e creditando-se a conta CMV.

7. Com base nos tipos de Sociedades, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Na sociedade anônima ou companhia, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço das ações que subscrever ou adquirir.
- B) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, sendo que não respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.
- C) A sociedade em comandita por ações tem o capital dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas à sociedade anônima, e opera sob firma ou denominação, acompanhada da locução comandita por ações.
- D) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.

8. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis e seu procedimento técnico CPC 26, a entidade deve elaborar as suas demonstrações contábeis, exceto para a _____, utilizando-se do regime de competência.

Preencha a lacuna acima assinalando a alternativa correta.

- A) Demonstração do Valor Adicionado
- B) Demonstração de Resultado
- C) Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados
- D) Demonstração dos Fluxos de Caixa

9. A entidade deve elaborar a demonstração dos fluxos de caixa de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 03 que possui correlação com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS 7) e deve apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis apresentadas ao final de cada período. A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por:

- A) Entradas e saídas.
- B) Saldos futuros.
- C) Atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
- D) Atividades Econômica e Financeira.

10. Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma não digital, devem revestir-se de formalidades extrínsecas e intrínsecas, tais como:

- I- Serem encadernados.
- II- Terem suas folhas numeradas sequencialmente.
- III- Serem assinados digitalmente pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado.
- IV- Conterem termo de abertura e de encerramento assinados pelo titular ou representante legal da entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade.
- V- Serem autenticados no registro público competente.

São formalidades intrínsecas:

- A) I, II e IV apenas.
- B) II, III e IV apenas.
- C) III e V apenas.
- D) I e V apenas.

11. Provisão é um passivo de prazo ou valor incertos. Assinale a alternativa correta.

- A) Provisões são reconhecidas como passivo – presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável – porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.
- B) Provisões são reconhecidas como passivo porque são obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos.
- C) Provisões são obrigações presentes porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação.
- D) Provisões não são obrigações presentes porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação.

12. Analise os registros contábeis abaixo e suas respectivas contas, e assinale a alternativa correta.

- I- Provisão dos valores relativos aos salários e ao aviso prévio indenizado
 - D – Despesa com Folha de Pagamento – Conta de Resultado
 - C – Salários a Pagar – Conta do Passivo Circulante
 - II- Contribuição ao FGTS sobre a folha de salários
 - D – FGTS sobre Folha de Pagamento – Conta de Resultado
 - C – FGTS a Recolher – Conta do Passivo Circulante
 - III- Encargos da empresa
 - D – INSS sobre a Folha de Pagamento – Conta de Resultado
 - C – INSS a Recolher – Conta do Passivo Circulante
 - IV- INSS sobre salários e 13º salário e IRRF descontados em folha de pagamento
 - D – Despesas com Salários – Conta de Resultado
 - C – IRRF a Recolher – Conta do Passivo Circulante
 - C – INSS a Recolher – Conta do Passivo Circulante
- A) Apenas dois registros estão incorretos
 - B) Apenas um registro e conta está incorreto.
 - C) Todos os registros estão corretos.
 - D) Apenas um registro está correto.

13. O Patrimônio público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador e represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. O patrimônio público é estruturado em alguns grupos:
- I- Ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
 - II- Passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
 - III- Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
 - IV- Variações Patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II, IV, apenas.
 - B) II, III, IV, apenas.
 - C) I, II, III, IV.
 - D) I, II, III, apenas.
14. De acordo com o princípio da oportunidade, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem. Com base nos registros contábeis, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) Os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis dos períodos com os quais se relacionam, reconhecidos, portanto, pelos respectivos fatos geradores, independentemente do momento da execução orçamentária.
 - B) Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma.
 - C) Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de não existir razoável certeza de sua ocorrência.
 - D) O reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis deve ser realizado à conta do patrimônio líquido e evidenciado em notas explicativas.
15. Seguem algumas definições sobre a avaliação e mensuração dos Ativos e Passivos da Contabilidade Pública, analise e assinale a alternativa correta.
- A) Um ativo intangível deve ser reconhecido somente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.
 - B) Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor presente, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.
 - C) As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método de custo.
 - D) Os ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor original na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.
16. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da:
- A) Legalidade: trata-se da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento do objeto e dos que lhes são correlatos.
 - B) Isonomia: trata-se da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
 - C) Publicidade: trata-se da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que não lhes são correlatos.
 - D) Igualdade: trata-se da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional insustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da pessoalidade, da moralidade, da desigualdade, da eficiência, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objeto e dos que lhes são correlatos.

17. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- B) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas.
- C) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco dias.
- D) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase final de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

18. Com base na Lei nº 8666/93 que trata das sanções administrativas e da tutela judicial, analise as afirmativas abaixo dando valor de (V) para verdadeiro ou (F) para falso, em seguida, indique a alternativa correta.

- () A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- () Os crimes definidos na Lei nº 8.666/93, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.
- () Equipara-se a servidor público, para os fins da Lei nº 8.666/93, quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, assim consideradas, além das fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, as demais entidades sob controle direto ou indireto, do Poder Público.
- () Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração não poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado a advertência como sanção.
- () O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

- A) V, V, V, F, V.
- B) V, F, F, V, V.
- C) F, V, F, F, V.
- D) F, F, V, V, F.

19. Trata a Lei de Licitação que dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade aplica-se a pena de detenção de:

- A) 2 a 4 anos.
- B) 3 a 5 anos, e multa.
- C) 4 a 6 anos, e multa.
- D) 6 a 8 anos.

20. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre:

- A) receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas não consolidada e mobiliária, operações de débito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.
- B) receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de receitas pública, da seguridade social e outras, das dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, exceto por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Receber.
- C) receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.
- D) receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de despesa, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, exceto por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

21. Empresa estatal dependente, de acordo com a Lei nº 101/00 é:
- A) empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
 - B) empresa coligada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de diminuição de participação acionária.
 - C) empresa coligada que receba do ente que é controlado recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, incluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
 - D) empresa controladora que receba do ente que é controlado recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, incluídos, no último caso, aqueles provenientes de diminuição de participação acionária.
22. A receita corrente líquida, conforme a LRF (Lei da Responsabilidade Fiscal) será apurada somando-se:
- A) as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades.
 - B) as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, incluídas as duplicidades.
 - C) as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, incluídas as duplicidades.
 - D) as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.
23. Integrará de acordo com a Lei nº 101/00 o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. O Anexo conterá:
- I- avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
 - II- demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.
 - III- evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
 - IV- avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador.
 - V- demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- Com base nas informações acima, está correto afirmar que:
- A) todas as afirmativas estão incorretas.
 - B) todas as afirmativas estão corretas.
 - C) apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
 - D) apenas as afirmativas II e V estão corretas.
24. Marque (V) para verdadeiro ou (F) para falso, em seguida assinale a alternativa correta com base na Lei Complementar 101/00.
- () Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
 - () O refinanciamento da dívida pública constará juntamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
 - () A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
 - () É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- A) F, V, V, F.
 - B) F, F, F, V.
 - C) V, F, F, V.
 - D) V, V, V, F.
25. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período:
- A) superior a dois exercícios.
 - B) inferior a dois exercícios.
 - C) superior a três exercícios.
 - D) inferior a três exercícios.

26. Estabelece a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, sendo:
- A) União 50%; Estados 60% e; Municípios 60%.
 - B) União 50%; Estados 40% e; Municípios 10%.
 - C) União 40%; Estados 40% e; Municípios 20%.
 - D) União 40%; Estados 30% e; Municípios 30%.
27. Preencha as lacunas abaixo com a alternativa correta.
- A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou _____ de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus _____ adicionais. Compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, _____ as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou _____ de capital.
- A) déficits – créditos – exceto – diminuição
 - B) superávits – créditos – exceto – aumento
 - C) superávits – débitos – inclusive – diminuição
 - D) déficits – créditos – inclusive – aumento
28. Estabelece a Lei nº101/00 que refinanciamento da dívida mobiliária é:
- A) o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
 - B) a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
 - C) o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
 - D) a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, exceto os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
29. De acordo com a Lei 9.717/98, a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores:
- A) poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, ou superior ao dobro desta contribuição.
 - B) não poderá ser superior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao triplo desta contribuição.
 - C) não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
 - D) não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao triplo desta contribuição.
30. De acordo com a Lei 9.717/98, são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários:
- A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - B) apenas a União, os Estados, e os Municípios.
 - C) apenas os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - D) apenas os Estados e o Distrito Federal.
31. Os regimes próprios de previdência social que possuem, na data da entrada em vigor da Resolução nº 3.922/10, aplicações em desacordo com o estabelecido, poderão mantê-las em carteira até o correspondente vencimento ou, na inexistência deste, por até:
- A) 160 dias.
 - B) 80 dias.
 - C) 30 dias.
 - D) 180 dias.
32. Conforme a Resolução CMN nº 3.922/10 é vedado aos regimes próprios de previdência social:
- I- Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido.
 - II- Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma.
 - III- Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados.

Conforme as informações acima, está correto afirmar que:

- A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- B) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- C) Apenas a afirmativa II está correta.
- D) As afirmativas I, II e III estão incorretas.

33. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer regras norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Com base nos Princípios Orçamentários assinale a alternativa correta.
- A) O Princípio da Unidade determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa, ou seja, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
 - B) O Princípio da Unidade determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa, ou seja, o Plano Plurianual (PPA).
 - C) O Princípio da Unidade determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa, ou seja, a Lei Orçamentária Anual (LOA).
 - D) O Princípio da Unidade determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa, ou seja, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
34. O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.
- I- Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.
 - II- O PPA orienta o Estado e a sociedade no sentido de viabilizar os objetivos da República.
 - III- O Plano apresenta a visão de futuro para o País, macro desafios e valores que guiam o comportamento para o conjunto da Administração Pública Federal.
 - IV- Por meio dele o governo declara e organiza sua atuação, a fim de elaborar e executar políticas públicas necessárias.
 - V- O Plano permite também, que a sociedade tenha um maior controle sobre as ações concluídas pelo governo.
- A) Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.
 - B) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
 - C) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
 - D) As afirmativas I, II, III, IV e V estão corretas.
35. Se verificado, ao final de um _____, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos _____ subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Preenche corretamente as lacunas acima a sequência:

- A) bimestre – trinta dias
 - B) trimestre – trinta dias
 - C) quadrimestre – sessenta dias
 - D) bimestre – sessenta dias
36. No momento inicial da execução orçamentária, tem-se, em geral, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada. No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela Lei Orçamentária.
- Dessa forma, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada no Balanço Orçamentário pode ser verificado (sem influenciar o seu resultado) somando-se:
- A) os valores da linha Total e da linha Saldos de Exercícios Anteriores, constantes da coluna Previsão Atualizada, e confrontando-se esse montante com o total da coluna Dotação Atualizada.
 - B) os valores da linha subtotal e da linha Saldos de Exercícios Anteriores, constantes da coluna saldo atual, e confrontando-se esse montante com o total da coluna fixação Atualizada.
 - C) os valores da linha subtotal e da linha Saldos de Exercícios futuros, constantes da coluna Previsão Atualizada, e confrontando-se esse montante com o total da coluna fixação Atualizada.
 - D) os valores da linha Total e da linha Saldos de Exercícios futuros, constantes da coluna saldo atual, e confrontando-se esse montante com o total da coluna Dotação Atualizada.

37. O controle das disponibilidades financeiras por fonte/destinação de recursos deve ser feito desde a elaboração do orçamento até a sua execução, incluindo:
- A) a entrada, o comprometimento e a saída dos recursos extraorçamentários.
 - B) o ingresso, o comprometimento e a saída dos recursos orçamentários.
 - C) o ingresso, a fixação e a saída dos recursos extraorçamentários.
 - D) a saída, o pagamento e a comprovação dos documentos.

38. O Programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. O orçamento Federal está organizado em programas, a partir dos quais são relacionadas às ações sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação. A cada projeto ou atividade só poderá estar associado um produto, que, quantificado por sua unidade de medida, dará origem à meta. As ações, conforme suas características podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais.

Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I- Atividade é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo. Exemplo: "Fiscalização e Monitoramento das Operadoras de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde".
- II- Projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de Governo. Exemplo: "Implantação da rede nacional de bancos de leite humano".
- III- Operação Especial são despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

- A) Estão corretas a I e II, apenas.
- B) Estão corretas a I e III, apenas.
- C) Todas estão corretas.
- D) Estão corretas a II e III, apenas.

39. Com base no reconhecimento da Receita Orçamentária, analise os registros contábeis abaixo e responda a alternativa correta.

- 1- Natureza da informação: orçamentária
D Previsão Inicial da Receita
C Receita a Realizar
- 2- Natureza da informação: orçamentária
D Receita a Realizar
C Receita Realizada

- A) O 1º registro trata-se da arrecadação da receita durante a execução do orçamento e o 2º trata-se da previsão da receita no momento da aprovação da Lei Ordinária.
- B) O 1º registro trata-se da fixação da receita durante a execução do orçamento e o 2º trata-se da previsão da receita no momento da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- C) O 1º registro trata-se da previsão da receita durante a execução do orçamento e o 2º trata-se da previsão da receita no momento da aprovação da Lei Orçamentária.
- D) O 1º registro trata-se da previsão da receita no momento da aprovação da Lei Orçamentária e o 2º trata-se da arrecadação da receita durante a execução do orçamento.

40. Parceria público-privada (PPP) é uma modalidade especial de contrato administrativo de concessão de serviço público, com eventual execução de obras ou fornecimento de bens. A contabilização das PPP deve possibilitar a distinção entre os passivos relativos ao ativo da concessão e os passivos relativos à prestação de serviços, tanto sob a ótica patrimonial quanto orçamentária. Analise o registro abaixo sobre uma parcela da contraprestação referente ao Ativo da Concessão e/ou Aporte de Recursos em uma PPP e responda a alternativa correta.

- D Crédito Disponível.
- C Crédito Empenhado a Liquidar.

- A) Trata-se de um registro relativo ao empenho.
- B) Trata-se de um registro relativo à liquidação.
- C) Trata-se de um registro relativo ao pagamento.
- D) Trata-se de um registro relativo à fixação do crédito.

41. A realização da receita se dá em três estágios: o lançamento, a arrecadação e o recolhimento.

“Lançamento é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível” – (MCASP – 6ª Edição). Uma vez ocorrido o fato gerador, procede-se ao registro contábil do crédito tributário em favor da fazenda pública em contrapartida:

- A) a uma variação patrimonial diminutiva.
- B) a uma variação patrimonial aumentativa.
- C) a uma variação patrimonial permutativa.
- D) a uma variação patrimonial qualitativa.

42. Os restos a pagar processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Em geral, não podem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens/serviços cumpriu com a obrigação de fazer e a Administração não poderá deixar de cumprir com a obrigação de pagar. A inscrição de despesa em restos a pagar não processados é procedida após a anulação dos empenhos que não podem ser inscritos em virtude de restrição em norma do ente, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas em restos a pagar e anulam-se as demais para, após, inscrevem-se os restos a pagar não processados do exercício. (MCASP – 6ª Edição). Com base nesta definição, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Serão inscritas em restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas no exercício financeiro, ou seja, aquelas em que o serviço, obra ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante.
- B) Serão inscritas as despesas não liquidadas quando o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor ou quando o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente.
- C) A inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e condições de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, conforme estabelecido na LRF.
- D) A norma estabelece que, no encerramento do exercício, a parcela da despesa orçamentária que se encontrar empenhada, mas ainda não foi paga, será considerada restos a pagar.

43. Com relação à Dívida Pública, assinale a alternativa correta.

- A) É o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.
- B) É uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no ativo.
- C) É uma fonte potencial de créditos e é reconhecida contabilmente no passivo.
- D) Representa as obrigações do ente público com terceiros e é reconhecida contabilmente no passivo.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/19641, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). (MCASP – 6ª edição). Com base neste conceito responda à próxima questão.

44. Com relação ao Balanço Orçamentário, assinale a alternativa correta.

- A) Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- B) É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).
- C) Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e é composto por Quadro Principal, Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.
- D) Evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

45. Com relação à Contabilidade de Custos em entidades públicas assinale a alternativa INCORRETA.
- A) Os custos de estoques devem abranger todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção.
 - B) Os gastos de distribuição, de administração geral e financeiros são considerados como variações patrimoniais qualitativas (VPQ) do período em que ocorrerem e não como custo dos estoques.
 - C) Os custos posteriores de armazenagem ou entrega ao cliente não devem ser absorvidos pelos estoques.
 - D) A entidade deverá aplicar o princípio geral de reconhecimento para todos os ativos imobilizados no momento em que os custos são incorridos, incluindo os custos iniciais e os subsequentes.

46. “Além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, exige-se evidenciar os fatos ligados à execução financeira e patrimonial, exigindo que os _____ sejam levados à _____ e que as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício” (MCASP – 6ª ed.).

Preenche corretamente as lacunas acima a seqüência:

- A) fatos qualitativos – conta patrimonial
 - B) fatos modificativos – conta financeira
 - C) fatos permutativos – conta patrimonial
 - D) fatos modificativos – conta de resultado
47. Analise os registros abaixo sobre execução orçamentária e patrimonial de uma apropriação da variação patrimonial diminutiva antes da liquidação.

Recebimento de nota fiscal referente à compra de 50 cadeiras no dia 23 de dezembro, sem tempo hábil para execução do segundo estágio da despesa orçamentária (liquidação).

Registro do Empenho:

Natureza da informação: orçamentária

D Crédito Disponível

C Crédito Empenhado a Liquidar

Recebimento das 50 cadeiras no dia 23 de dezembro:

Natureza da informação: patrimonial

D Bens móveis - Bens de Informática

C Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Natureza da informação: orçamentária

D Crédito Empenhado a Liquidar

C Crédito Empenhado em Liquidação

- A) Apenas um registro está correto.
 - B) Apenas um registro está incorreto.
 - C) Todos os registros estão corretos.
 - D) Todos os registros estão incorretos.
48. A Auditoria Interna compreende:
- I- os exames.
 - II- análise.
 - III- avaliações.
 - IV- levantamentos.
 - V- comprovações.
- A) Todas as alternativas estão corretas.
 - B) Apenas uma alternativa está incorreta.
 - C) Apenas uma alternativa está correta.
 - D) Todas as alternativas estão incorretas.

49. Segue abaixo uma síntese do trabalho da Auditoria Interna:

- I- Revisão de sistemas contábeis e controle interno.
- II- Exame de informações financeiras e operacionais.
- III- Revisão da economia, eficácia das operações.
- IV- Revisão do cumprimento das leis, regulamentos.
- V- Diretivas e políticas administrativas.

Assinale a alternativa que atende corretamente o enunciado.

- A) Os itens I, II, III, IV e V estão corretos.
 - B) Apenas os itens I, II, III e IV, estão corretos.
 - C) Apenas os itens II, III, IV e V, estão corretos.
 - D) Apenas os itens III, IV e V, estão corretos.
50. O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos na lei 9.637 de 1998.
- As organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.
- I- São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.
 - II- Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.
 - III- Os bens públicos não poderão ser destinados às organizações sociais, sem a devida licitação.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I e III, apenas.